

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
CAPÍTULO I – A RELAÇÃO OBRIGACIONAL	7
1. Noção de relação obrigacional	7
2. Conteúdo da relação obrigacional	7
2.1. Direito subjetivo v. dever jurídico	7
2.1.1. Deveres principais de prestação	8
2.1.2. Deveres secundários (ou meramente acessórios) sem prestação autónoma	8
2.1.3. Deveres secundários com prestação autónoma	8
2.1.4. Deveres laterais	9
2.2. Direitos potestativos v. sujeições	10
3. Ónus jurídicos	10
4. Expectativas jurídicas	11
CAPÍTULO II – ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO	13
1. Sujetos	13
1.1. Pessoas singulares	13
1.2. Pessoas coletivas	20
2. O objeto	20
2.1. Objeto imediato	20
2.2. Objeto mediato	22
3. Vínculo	24
4. Facto jurídico	24
5. Garantia	27

CAPÍTULO III – CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	29
1. O conceito obrigação	29
2. Classificação das obrigações	30
2.1. Quanto ao vínculo	30
2.2. Quanto ao sujeito	31
2.2.1. Obrigações de sujeito indeterminado ou determinado	31
2.2.2. Obrigações plurais ou singulares	31
2.3. Quanto ao objeto	33
3. Classificação das prestações	35
CAPÍTULO IV – FONTES DAS OBRIGAÇÕES	37
1. Contrato	37
1.1. Classificação do contrato	37
1.2. Direitos obrigacionais e direitos reais	40
1.3. Contrato-promessa	42
1.3.1. Forma do contrato-promessa	43
1.3.2. Efeitos do contrato-promessa	45
1.3.3. Não cumprimento do contrato-promessa	46
1.3.4. Sinal e antecipação do cumprimento	50
1.3.5. O regime do sinal no incumprimento definitivo da obrigação	51
1.4. Pacto de preferência	52
1.4.1. Requisitos de forma e de substância	53
1.4.2. Exercício do direito de preferência	53
1.4.3. Preferência legal	55
1.4.4. Eficácia real do pacto de preferência	56
1.4.5. Violação do direito de preferência	56
1.5. Contrato a favor de terceiro	58
1.6. Contrato para pessoa a nomear	60
2. Negócios unilaterais	61
3. Gestão de negócios	62
3.1. Aprovação e ratificação da gestão	64
3.2. Gestão representativa ou não representativa	65
3.3. Gestão culposa ou não culposa	66
3.4. Gestão de negócio alheio julgado próprio	66
4. Enriquecimento sem causa	67
4.1. Modalidades	67

4.1.1. Enriquecimento por prestação	67
4.1.2. A repetição do indevido	67
4.1.3. A restituição da prestação por posterior desaparecimento da causa	68
4.1.4. A restituição da prestação por não verificação do efeito pretendido	68
4.2. Enriquecimento por intervenção	68
4.3. Enriquecimento por dispêndios de outrem	69
4.3.1. O enriquecimento por incremento de valor de coisas alheias	69
4.3.2. O enriquecimento por pagamento de dívidas alheias	70
4.4. Requisitos positivos	70
4.4.1. Enriquecimento	70
4.4.2. Suporte do enriquecimento por outrem	71
4.4.3. Correlação entre o enriquecimento e o suporte deste	71
4.5. Requisitos negativos	71
4.5.1. Ausência de causa legítima (art. 473º, CC)	71
4.5.2. Ausência de preceito legal que negue o direito à restituição ou atribua outros efeitos ao enriquecimento	72
4.5.3. Obrigação derivada do enriquecimento sem causa	73
4.4. Agravamento da obrigação do enriquecido	75
4.5. Obrigação de restituir no caso de alienação gratuita	76
4.6. Prescrição	76
5. Responsabilidade civil	77
5.1. Classificações da responsabilidade civil	77
5.2. Responsabilidade civil por culpa	79
5.2.1. Prova da culpa	84
5.2.2. Causas de exclusão de ilicitude	85
5.2.3. Causas de exclusão de culpa	87
5.2.3. Ofensa ao crédito ou ao bom nome	87
5.2.4. Conselhos, recomendações ou informações	88
5.2.5. Danos causados por incapazes	88
5.2.6. Danos causados por edifícios ou outras obras	89
5.2.7. Danos causados por coisas, animais ou atividades	89
5.2.8. Indemnização a terceiros em caso de lesão ou morte de animal	91

5.2.9. Indemnização a terceiros em caso de morte ou lesão corporal	92
5.2.10. Danos não patrimoniais	93
5.2.11. Regime de responsabilidade	94
5.2.12. Prescrição	94
5.2.13. Concurso de responsabilidade contratual e extracontratual	94
5.3. Responsabilidade pelo risco	95
5.3.1. Responsabilidade do comitente	95
5.3.2. Responsabilidade do Estado e demais pessoas coletivas	96
5.3.3. Danos causados por animais	97
5.3.4. Acidentes causados por veículos	99
5.3.5. Exclusão da responsabilidade	105
5.3.6. Colisão de veículos	108
5.3.7. Responsabilidade solidária	108
5.3.8. Limites da responsabilidade	109
5.3.9. Energia elétrica ou gás	109
5.4. Responsabilidade pelo sacrifício	109
5.5. A responsabilidade por perda de oportunidade (perda de chance)	110
 CAPÍTULO V – CUMPRIMENTO E NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	
1. O regime jurídico do cumprimento das obrigações	111
1.1. Noção de cumprimento	111
1.2. Princípios do cumprimento	111
1.3. Requisitos do cumprimento	113
1.4. Quem pode realizar a prestação	114
1.5. A quem pode ser feita a prestação	115
1.6. Prestação feita a terceiro	115
1.7. Lugar da prestação	116
1.8. Prazo da prestação	117
1.9. Perda de benefício do prazo	118
1.10. Imputações do cumprimento	121
1.11. Prova do cumprimento	121
1.12. Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento	122
2. O regime jurídico do incumprimento	122

2.1.	Modalidades do não cumprimento quanto à causa	123
2.1.1.	Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor (arts. 790º a 797º, cc)	123
2.1.2.	Impossibilidade temporária	125
2.1.3.	Impossibilidade parcial	125
2.1.4.	<i>Commodum</i> da representação (ou comodo representativo ou de sub-rogação)	126
2.1.5.	Contratos bilaterais	128
2.1.6.	Risco	130
2.1.7.	Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor	134
2.2.	Modalidades do não cumprimento quanto ao efeito	136
2.2.1.	Impossibilidade culposa	136
2.2.2.	Impossibilidade parcial	140
2.2.3.	<i>Commodum</i> de representação	141
2.4.	Mora do devedor	141
2.5.	Risco	143
2.6.	Conversão da mora em incumprimento definitivo	144
2.7.	Cláusula penal	144
2.8.	Mora do credor	146
2.9.	Cumprimento defeituoso	148
CAPÍTULO VI – A TRANSMISSÃO DA OBRIGAÇÃO		151
1.	Cessão da posição contratual (ou cessão do contrato ou assunção de contrato)	151
2.	Cessão de créditos	153
3.	Sub-rogação	154
4.	Assunção de dívida	154
CAPÍTULO VII – CAUSAS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES		157
1.	Dação em cumprimento	157
2.	Consignação em depósito	159
3.	Compensação legal	163
3.1.	Pressupostos da compensação	164
3.2.	Causas de exclusão da compensação	166
4.	Novação	167
4.1.	Requisitos da novação	168
4.2.	Efeitos da extinção da antiga obrigação	169

4.3. Meios de defesa	169
5. Remissão	170
5.1. Obrigações solidárias	170
5.2. Obrigações indivisíveis	171
5.3. Eficácia em relação a terceiros	172
5.4. Renúncia às garantias	172
6. Confusão	172
6.1. A confusão nas obrigações solidárias	173
6.2. A confusão nas obrigações indivisíveis	173
6.3. Eficácia em relação a terceiros	174
6.4. Patrimónios separados	174
6.5. Cessação da confusão	175
7. Prescrição	175
 CAPÍTULO VIII – GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	177
1. Princípio geral	177
2. Concurso de credores	179
3. Meios conservatórios de garantia patrimonial	180
3.1. Declaração de nulidade	180
3.2. Sub-rogação do credor ao devedor (ou ação sub-rogatória indireta)	181
4. Impugnação pauliana	184
4.1. Requisitos da impugnação pauliana	186
4.2. Transmissões posteriores ou constituição posterior de direitos	189
4.3. Do registo da ação de impugnação pauliana	189
4.4. Créditos não vencidos ou sob condição suspensiva	189
4.5. Atos impugnáveis	190
4.6. Efeitos da impugnação pauliana em relação ao credor	191
4.7. Efeitos da pauliana em relação ao devedor e ao terceiro adquirente	193
4.8. Caducidade	194
5. Arresto	194
5.1. Requisitos do arresto	195
5.2. Tramitação	196
5.3. Limitações ao arresto	196
5.4. Efeitos	196

CAPÍTULO IX – GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES	199
1. Prestação de caução	199
1.1. Falta de prestação de caução	201
2. Fiança	202
2.1. Proximidade com o aval	203
2.2. Características:	204
2.2.1. Natureza acessória (art. 627º, nº 2, CC)	204
2.2.2. Algumas das manifestações da acessoriedade	204
2.2.3. Benefício da (prévia) excoüssão	207
2.2.4. Subfiança	208
2.2.5. Relações entre o credor e o fiador	209
2.2.6. Relações entre o devedor e o fiador	212
2.2.7. Meios de defesa oponíveis ao credor pelo fiador	214
2.2.8. Caso julgado	215
2.2.9. Prescrição	216
2.2.10. Pluralidade de fiadores	216
2.2.11. Extinção da fiança	218
3. Consignação de rendimentos	218
3.1. Espécies	220
3.2. Prazo	221
3.3. Modalidades	221
3.4. Extinção	222
3.5. Disposições remissivas	222
4. Penhor	223
4.1. Tipos de penhor	223
4.1.1. Penhor mercantil ou comercial	223
4.1.2. Penhor financeiro	223
4.1.3. Atividade prestamista	224
4.1.4. Penhor civil	224
4.2. Penhor civil	224
4.2.1. Características	226
4.2.2. Legitimidade	227
4.3. Penhor de coisas	227
4.4. Direitos do credor pignoratício	228
4.5. Deveres do credor pignoratício	229
4.6. Venda antecipada	230
4.7. Execução do penhor	230

4.8. Cessão da garantia	231
4.9. Extinção do penhor	231
4.10. Princípios gerais do penhor	232
4.11. Penhor de direitos	234
4.12. Forma e publicidade	235
4.13. Conservação do direito empenhado	236
4.14. Relações entre o obrigado e o credor pignoratício	236
4.15. Cobrança de créditos empenhados	236
5. Hipoteca	238
5.1. Noção	238
5.2. Registo	239
5.3. Objeto	240
5.4. Princípios gerais	242
5.5. Penhora dos bens	244
5.6. Defesa do dono da coisa ou do titular do direito	244
5.7. Hipoteca e usufruto	245
5.8. Administração da coisa hipotecada	245
5.9. Substituição ou reforço da hipoteca	245
5.10. Seguro	246
5.11. Disposições e Princípios comuns ao Penhor e à Hipoteca (v. art. 678º, CC):	246
5.12. Espécies de hipotecas	249
5.13. Hipotecas legais	249
5.13.1. Credores com hipoteca legal	250
5.13.2. Substituição da hipoteca por outra caução	251
5.13.3. Objeto	251
5.14. Hipotecas judiciais	251
5.15. Hipotecas voluntárias	252
5.15.1. Noção	252
5.15.2. Segunda hipoteca	252
5.15.3. Forma	252
5.15.4. Legitimidade para hipotecar	252
5.15.5. Hipoteca geral	253
5.15.6. Hipoteca constituída por terceiro	253
5.15.7. Redução da hipoteca	253
5.16. Expurgação da hipoteca	255
5.16.1. Expurgação no caso de revogação de doação	255

5.16.2. Direitos dos credores quanto à expurgação	255
5.16.3. Direitos reais que renascem pela venda judicial	256
5.16.4. Exercício antecipado do direito hipotecário contra o adquirente	257
5.16.5. Benfeitorias e frutos	257
5.17. Transmissão autónoma da hipoteca (ou hipoteca da hipoteca ou subhipoteca)	257
5.18. Cessão do grau hipotecário	258
5.19. Extinção da hipoteca	258
5.20. Renúncia à hipoteca	260
6. Privilégios creditórios	260
6.1. Espécies	261
6.2. Privilégios mobiliários gerais	262
6.3. Privilégios mobiliários especiais	264
6.4. Privilégios imobiliários	265
6.5. Graduação dos créditos	266
6.6. Concurso entre privilégio e direitos de terceiros	269
6.7. Extinção	271
7. Direito de retenção	272
7.1. Forma	274
7.2. Requisitos da figura	274
7.3. Requisitos da coisa	274
7.4. Caso especiais	274
7.5. Exclusão do direito de retenção	276
7.6. Inexigibilidade e iliquidez do crédito	276
7.7. Retenção de coisas móveis	276
7.8. Retenção de coisas imóveis	276
7.9. Transmissão	277
7.10. Extinção	277
7.11. Direito de retenção <i>v. venda executiva</i>	277
BIBLIOGRAFIA	281
ANEXO – CASOS PRÁTICOS RESOLVIDOS	283
Classificação das obrigações	285
Classificação da obrigação quanto ao objeto: obrigação indivisível	289
Contrato para pessoa a nomear	291

MANUAL PRÁTICO DE DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Contratos reais <i>quoad effectum</i>	293
Promessa pública	295
Contrato-promessa	297
Direito de preferência	317
Gestão de negócios e Enriquecimento sem causa	327
Responsabilidade civil	337
Cumprimento. Lugar da prestação. Prazo da prestação. Prova do cumprimento	361
Venda a prestações	399
Causas extintivas das obrigações	403
Impugnação pauliana	411
Garantias especiais das obrigações	419
Privilégios creditórios	445
ÍNDICE	461